

# INVISIBILIDADE HUMANA/URBANA POR MEIO DA DISTINÇÃO ESPACIAL NO ROMANCE *CLARA DOS ANJOS*, DE LIMA BARRETO

## HUMAN/URBAN INVISIBILITY THROUGH SPATIAL DISTINCTION IN THE ROMANCE *CLARA DOS ANJOS*, BY LIMA BARRETO

### Clara Ávila Ornellas

Doutora em Literatura Brasileira, Pós-doutoranda em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa (USP).

*E-mail:* claraornellas@usp.br

### Paola Marçal de Meneses

Mestranda em Estudos Culturais, (USP).

*E-mail:* paola.meneses@usp.br

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo tecer considerações acerca da invisibilidade e desumanização desencadeadas pela segregação espacial descrita no romance *Clara dos Anjos*, do escritor Lima Barreto, que possui como plano de fundo a cidade do Rio de Janeiro no início da Primeira República (século XX). Nesse período, a então capital federal passou por diversas transformações urbanas, transcorridas com maior velocidade nas áreas mais nobres e, de forma bem mais vagarosa, nas regiões suburbanas da cidade, o que impacta também as relações sociais entre as personagens do romance. Entre outros fatores, constata-se que conjunturas sociais e políticas determinam uma exclusão espacial e humana por meio, por exemplo, da falta de infraestrutura para os subúrbios. Alicerçam essa abordagem as reflexões de Ángel Rama (2015), em *A cidade das letras*, e Beatriz Rezende (1989), em “Lima Barreto e a República”, entre outros autores.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira. Espaço urbano. Exclusão social. Rio de Janeiro. Lima Barreto.

**Abstract:** This article aims to make considerations about the invisibility and dehumanization triggered by the spatial segregation described in the novel *Clara dos Anjos*, by the writer Lima Barreto, which has as its background the city of Rio de Janeiro at the beginning of the First Republic (20th century). During this period, the federal capital underwent several urban transformations, which took place with greater speed in the noblest areas and, much

more slowly, in the suburban regions of the city, which also impacts the social relations between the characters in the novel. Among other factors, it appears that social and political conjunctures determine spatial and human exclusion through, for example, the lack of infrastructure for the suburbs. This approach is based on the reflections of Ángel Rama (2015), in *A cidade das letras*, and Beatriz Rezende (1989), in *Lima Barreto e a República*, among other authors.

**Keywords:** Brazilian literature. Urban space. Social exclusion. Rio de Janeiro. Lima Barreto.

## INTRODUÇÃO

“É pau, é pedra, é fim de linha,  
é lenha.”  
(Chico Buarque, “Subúrbio”)

Em decorrência da pandemia de Covid-19, veio à tona no contexto brasileiro – como em vários outros países – a constatação de um perfil de vítima segmentado em características bem delimitadas. Embora a doença tenha acometido pessoas de diversas classes sociais, explicitou-se um cenário de miséria mais especificamente delimitado, pois o contingente do maior número de vítimas circunscreveu-se sobremaneira aos mais pobres, principalmente nas grandes cidades. Entre outros aspectos, destacam-se as populações residentes das periferias que, sem condições de infraestrutura urbana e econômica, pouco puderam se precaver do contágio do coronavírus Sars-CoV-2, haja vista, por exemplo, a falta de tratamento de esgoto, pequenas moradias abrigando dezenas de pessoas e a necessidade de trabalhar para garantir o sustento, independentemente da determinação de isolamento social.

Tamanha gravidade sanitária, que evidenciou as discrepâncias sociais no espaço urbano, na maior parte das vezes ocorreu em função de posturas omissas do poder governamental em cumprir adequadamente com suas obrigações de garantir a todo cidadão os direitos à cidadania, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Nisso se inclui o acesso digno à saúde e à habitação.

Se esse cenário recente, e ainda em vigência no final de 2022, leva a reflexões e demandas da sociedade em prol de melhorar as condições de vida do brasileiro pobre, é importante lembrar que Lima Barreto (1881-1922), em *Clara dos Anjos* (1922), já expunha a situação de pobreza vivenciada pelos suburbanos do Rio de Janeiro do seu tempo. Do mesmo modo, o escritor denuncia nessa obra a omissão governamental que professa reiteradamente a tendência de prover melhoramentos urbanos apenas às regiões

onde residem as pessoas economicamente privilegiadas – à custa dos impostos pagos pelos mais pobres.

Desse modo, no momento em que se completam 100 anos da morte do escritor carioca, e considerando o contexto adverso decorrente da pandemia de Covid-19, torna-se interessante voltar-se a alguns aspectos, presentes no romance, acerca do espaço urbano e da invisibilidade humana/urbana para se refletir mais especificamente sobre as condições de infraestrutura dos subúrbios, bem como de relações sociais mediadas pela discriminação tanto econômica e racial quanto social. Aqui, entende-se invisibilidade social segundo o ponto de vista dos autores Celso Athayde, MV Bill e Luiz Eduardo Soares (2005, p. 206) ao tratarem das possíveis relações entre identidade e anulação social:

A identidade só existe no espelho e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor.

Nesse sentido, é importante lembrar que o romance *Clara dos Anjos* se distingue da literatura da época em que foi publicado (1922), posto que, até onde aqui se sabe, não se tem conhecimento de obras literárias daquele período nas quais se figure uma protagonista negra, pobre e suburbana. Esses aspectos sedimentam o ineditismo da abordagem realizada por Lima Barreto, algo que deve ser lembrado – 100 anos depois – em tempos nos quais a mulher continua sendo considerada em segundo plano, vítima de violência e discriminada em diversos campos de atuação social. Especificamente, no enfoque deste texto apresentam-se reflexões a partir das condições espaciais reservadas aos mais pobres no que tange ao espaço urbano representado na obra do escritor carioca.

## **SOBERBA E EXCLUSÃO**

Para Beatriz Rezende (1989, p. 91), Lima Barreto sempre procurou relatar e denunciar o que ocorria em seu período histórico, desenvolvendo reflexões a partir das relações entre os personagens e o espaço em que eles circulam e habitam, juntamente com o que transcorria no âmbito macrossocial:

Evidentemente, o tema da cidadania não era fluente na Primeira República, e investigar a inclusão de tais temas em textos do nosso autor [Lima Barreto] não só evidencia seu caráter modernizante como provoca uma reflexão sobre a sociedade e a cultura brasileira e o papel que nela cabe ao escritor, ao intelectual.

O enredo do romance homônimo é sobre uma moça de 17 anos, pobre e negra, filha única do carteiro Joaquim dos Anjos e da dona de casa Engrácia. A jovem se apaixona pelo violeiro Cassi Jones de Azevedo, rapaz branco, de má índole, que resolve seduzi-la quando a conhece no aniversário dela, ocasião em que fora convidado para tocar violão.

Ele contava [Cassi], já não se dirá com o apoio, mas com a indiferença de todos pela sorte de uma pobre rapariga como ela [Clara]. Devia ser assim, era a regra. Nessa indiferença, nessa frouxidão de persegui-lo, de castigá-lo convenientemente, é que ele adquiria coragem para fazer o que fazia. Além de tudo, era covarde. Não cedia ao impulso do seu desejo, de seu capricho, por uma moça qualquer. Catava com cuidado as vítimas entre as pobres raparigas que pouco ou nenhum mal lhe poderiam fazer, não só no que toca à ação das autoridades, como da dos pais e responsáveis (Barreto, 2002, p. 72).

Pouco tempo depois, ele consegue consumir o ato de defloramento e abandona Clara grávida à própria sorte, com o peso da desonra moral e dos estigmas racial e de gênero. Assim ele já fizera com muitas moças, sem sentir qualquer peso de consciência: “Os suicídios, os assassinios, o povoamento de bordéis de todo o gênero, que os seus torpes atos [de Cassi] provocaram, no seu parecer, eram acontecimentos estranhos à sua ação e se haviam de dar de qualquer forma. Disso, ele não tinha culpa” (Barreto, 2002, p. 32).

Para além dessa denúncia relativa a gênero e raça, em vários momentos da narrativa é possível observar com riqueza de detalhes o cenário da obra, sendo focalizado principalmente o subúrbio, mas também o centro do Rio de Janeiro no início do século XX. A cidade, além de capital do país à época, foi o centro financeiro e político do Brasil até a década de 1930. Além disso, por sua posição geográfica privilegiada, era a principal rota de mediação da produção de café que provinha de outros estados, já que possuía o maior porto do país – considerado o 15º colocado entre os maiores portos comerciais do mundo. Desse modo, em razão dessas eminentes particularidades do Rio de Janeiro, no início do século XX, à semelhança de como acontecera em outras

capitais latino-americanas, ocorreram profundas mudanças no cenário urbano, financeiro e cultural da cidade, tendo em vista alcançar o *status* de modernidade de grandes capitais mundiais, a exemplo da França, como pontua André Nunes de Azevedo (2015) no artigo “A reforma urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos”.

Segundo Nicolau Sevcenko (2003), a burguesia que ascendia na época almejava acompanhar o compasso ditado pelo processo de modernização desencadeado pela prosperidade na economia europeia, durante o período conhecido como *Belle Époque*. Esta que foi iniciada no final do século XIX, perdurando até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, e que propiciou grandes avanços culturais, urbanos e tecnológicos, principalmente na França. O progresso vivenciado no Velho Continente gerou um sentimento de urgência nas classes dominantes cariocas para ajustar a cultura e a arquitetura brasileiras aos modelos eurocêntricos.

Em decorrência disso, houve um grande esforço por parte das classes dominantes em investir na criação de espaços na cidade que pudessem simular o cenário de progresso e inovação da Europa no mesmo período. Esse movimento teve como principal intuito adequar-se aos padrões da modernidade estrangeira, aderindo, portanto, à ideia de inserção de novas normas sociais para diminuir o atraso do Brasil em relação às potências mundiais.

A nova filosofia financeira nascida com a república reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais. Era preciso ajustar a ampliação local dos recursos pecuniários com a expansão geral do comércio europeu, sintonizando o tradicional descompasso entre essas sociedades em conformidade com a rapidez dos mais modernos (Sevcenko, 2003, p. 28).

Porém, apesar de desejarem todo o progresso e a inovação dos modelos europeus, as elites insistiam em não se modernizar quanto a questões sociais e de classes, considerando que a abolição da escravatura no país havia ocorrido então recentemente, em 1888 – sendo, inclusive, a última nação a abolir o regime escravista, possuindo marcas recentes desse período e, deve-se ressaltar, ainda presentes no Brasil do século XXI. Dessa maneira, a modernidade e o progresso chegaram apenas a lugares específicos do Rio Janeiro, transcorrendo com velocidade nas regiões centrais, que eram as mais nobres da cidade. Enquanto isso, nas periferias, com uma maior população de pessoas menos abastadas, o progresso chegava de forma lenta e precária, demonstrando que o processo de urbanização se desenvolveu de forma desigual entre os mais ricos e os mais pobres, situação essa comum em diversas capitais do continente sul-americano.

Semelhante constatação pode ser verificada em alguns momentos de *Clara dos Anjos*, como exemplifica a citação a seguir, na qual o narrador tece considerações a respeito de algumas características das habitações dos subúrbios:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. [...]

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro (Barreto, 2002, p. 117).

Esse contexto adverso de precariedade, miséria e omissão governamental coaduna-se com a percepção de Ángel Rama (2015) a respeito do planejamento das cidades na América Latina que, em sua gênese, pressupôs a ocupação dos espaços a partir dos interesses de grupos dominantes e, principalmente, das metrópoles europeias colonizadoras. Segundo ele, o desenvolvimento das cidades latino-americanas seguiu uma lógica colonial que privilegiou as construções dos espaços centrais para os mais ricos e relegou as regiões mais afastadas para os mais pobres, estabelecendo uma evidente hierarquização social por meio das disparidades no meio urbano, bem como em âmbito continental. Desse modo, para o crítico, de igual maneira o continente latino-americano também foi relegado à subalternização imposta pelo imperialismo europeu.

A ordem deve ficar estabelecida antes de a cidade existir, para impedir assim toda futura desordem, o que alude à peculiar virtude dos signos de permanecer inalteráveis no tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de quadros rígidos. Foi assim que se fixaram as operações fundadoras, que foram se repetindo por uma extensa geografia – e por um extenso tempo (Rama, 2015, p. 26).

Semelhante perspectiva de persistência de um poder fundador latino-americano excludente ao longo do tempo pode ser observada na produção de Barreto. Esse autor acompanhou o seu entorno urbano e refletiu de forma contundente sobre ele, sedimentando seus posicionamentos a partir da perspectiva e do lugar dos marginalizados, além de verticalizar suas críticas em torno das diversas corrupções por parte do governo e da exploração dos mais pobres pelas classes dirigentes brasileiras. Assim, no

que tange à urbanização da capital federal não foi diferente, como pode ser verificado em trecho de *Os Bruzundangas* de 1923, no qual o escritor afirma, ironicamente, a respeito de uma “troca de cidade”, à semelhança de uma estratégia teatral: “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (Barreto, 1956, p. 106).

Essa citação indica que o escritor estava atento às transformações da paisagem urbana transcorridas em seu período e relatou tal fato com uma interessante analogia com o cenário fictício do teatro, demonstrando o quanto a aderência à modernidade era superficial e à contracorrente das reais necessidades do Rio de Janeiro. Essa observação também pode servir como exemplo de um dos sintomas do processo que Rama (2015) apontou como sendo a consolidação do modelo cultural-operativo, gerado pelo transcurso da implementação de um planejamento urbano que esconde em si o marco ideológico, mas na verdade objetiva explicitamente ordenar a realidade considerando medidas impostas a partir de um determinado referencial.

O planejamento foi desde sempre o melhor exemplo de modelo cultural-operativo. Por trás do seu aparente registro neutro do real, encontra-se o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir das suas proporções, próprias de modelo reduzido (Rama, 2015, p. 27).

Rama (2015) ainda pontua que, para a execução de um plano de tamanha magnitude, fez-se necessária a concentração de poder em alguém ou em uma entidade, a fim de dar ordem no empreendimento de remodelação urbana e cultural. Conforme as reflexões de André Azevedo (2015), os anos entre 1903 e 1906 ficaram conhecidos como a época da Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro, presidida pelo então prefeito Pereira Passos. Esse período ficou marcado por diversas mudanças na arquitetura da cidade e grandes demolições motivadas por interesses políticos, com o intuito de remodelação da paisagem e da cultura. Porém, como já enunciado, esses melhoramentos de infraestrutura eram destinados a uma pequena parte privilegiada economicamente da população, e, contra esse estado de coisas, posicionou-se reta e frequentemente Lima Barreto.

Naturalmente, esses aspectos se fazem presentes em *Clara dos Anjos*, visto que nessa obra há descrições do subúrbio de Todos os Santos, onde transcorre a narrativa, com riqueza de detalhes, tanto em termos de espaço físico quanto das pessoas que o habitavam. Essa afirmação pode ser constatada, entre outros momentos, na descrição da casa onde vivia a família da protagonista. O imóvel foi conquistado por meio de uma herança advinda do falecimento da mãe de Joaquim dos Anjos, pai de Clara,

mas sendo totalmente quitado apenas em razão do parcelamento do restante do valor. Desse modo, verifica-se que, mesmo sendo uma casa simples de subúrbio, exigiu grande esforço da família para quitá-la, além da obtenção de uma herança.

Casara meses depois de nomeado [como carteiro]; e, tendo morrido sua mãe, em Diamantina, como filho único, herdara-lhe a casa e umas poucas terras em Inhaí, uma freguesia daquela cidade mineira. Vendeu a modesta herança e tratou de adquirir aquela casita nos subúrbios em que ainda morava e era dele. O seu preço fora módico, mas, mesmo assim, o dinheiro da herança não chegara, e pagou o resto em prestações. Agora, porém, e mesmo há vários anos, estava em plena posse do seu “buraco”, como ele chamava a sua humilde casucha. Era simples. Tinha dois quartos; um que dava para a sala de visitas e outro para a sala de jantar, aquele ficava à direita e este à esquerda de quem entrava nela. À de visitas, seguia-se imediatamente a sala de jantar. Correspondendo a pouco mais de um terço da largura total da casa, havia, nos fundos, um puxadito, onde estavam a cozinha e uma despensa minúscula. [...] A rua em que estava situada a sua casa se desenvolvia no plano e, quando chovia, encharcava e ficava que nem um pântano; entretanto, era povoada e se fazia caminho obrigado das margens da Central para a longínqua e habitada freguesia de Inhaúma. Carroções, carros, autocaminhões que, quase diariamente, andam por aquelas bandas a suprir os retalhistas de gêneros que os atacadistas lhes fornecem, percorriam-na do começo ao fim, indicando que tal via pública devia merecer mais atenção da edilidade (Barreto, 2002, p. 2).

Observa-se também que, embora tenha sido adquirida com esforço e mediante recebimento de herança, a casa da família Dos Anjos é localizada numa região precária, ou seja, sem pavimentação das ruas e à deriva de inundações em dias de chuva. Tal contexto atesta as dificuldades enfrentadas pelos moradores e evidencia o descaso dos órgãos responsáveis em relação àquela parte da população. Realidade esta não muito diferente da que ainda ocorre nas grandes cidades da segunda década do século XXI – em proporções ainda maiores, até hoje se observa a problemática das inundações e de deslizamentos de terra durante o período das chuvas não apenas no Rio de Janeiro, como também em outras cidades do mesmo estado.

Nesse contexto, é importante lembrar as reflexões de Rama (2015, p. 32) quando o crítico observa as más condições de infraestrutura a que estão relegados os bairros periféricos das metrópoles sul-americanas, seja no período da colonização, seja no início

do século XX, conforme permite atestar o romance de Barreto. Do mesmo modo como pontua Rama, Barreto não hesitou em fazer críticas acerca do descaso dos órgãos públicos para com a população mais pobre da cidade que, mesmo pagando impostos, era empurrada para regiões precárias e invisibilizadas pelas classes dirigentes responsáveis pela gestão da cidade.

Por conseguinte, vale destacar também outro excerto do romance no qual o narrador denuncia que a população suburbana é oprimida pela obrigação de pagar impostos, mas pouco retorno recebe da edilidade quanto à infraestrutura. Mais ainda, ela não possui sequer conforto e respeito no momento de enterrar seus entes queridos, em razão da distância dos cemitérios e da descuidada infraestrutura suburbana.

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozmente impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. Nem lhes facilita a morte, isto é, o acesso aos cemitérios locais (Barreto, 2002, p. 38).

## **SUBÚRBIO BOM E SUBÚRBIO RUIM**

Para Clara Ornellas (2006), Lima Barreto sempre foi um defensor da equidade social. Para a autora, diferentemente das classes dominantes que desejavam o melhor apenas para elas, o autor carioca ansiava pela igualdade de direitos, por uma sociedade igualitária e solidária com o próximo. Porém, como ele verificava que isso estava longe de ser alcançado, defendia os direitos daqueles que estavam à margem social, por meio de críticas e denúncias acerca das arbitrariedades, e mesmo desumanidade, provindas das classes dirigentes em direção aos mais pobres. Como exemplifica Ornellas (2006, p. 205), não à toa, uma das frases contundentes de Barreto revela esse espírito combativo: “Eu não me canso nunca de protestar. Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças”, pertencente à crônica “Padres e frades” de 1918.

Nesse sentido, ressalta-se que Barreto não só denunciou as distinções de tratamento dos ricos em relação aos mais pobres, como também evidenciou, no romance em foco, as pequenas diferenças entre os indivíduos suburbanos, os quais, mesmo estando mais próximos em comparação aos mais abastados financeiramente, procuram se diferenciar entre seus pares a partir de pequenas dessemelhanças, sendo a família do anti-herói Cassi Jones de Azevedo um interessante exemplo. Esse núcleo da ficção, por dispor de uma condição financeira relativamente estável, viver em uma região considerada melhor no subúrbio, supostamente contar com parentes bem empregados e a pretensão de estudos um pouco melhor do que as famílias mais pobres, como a de Clara, trata os demais com desprezo, tal como se evidencia no trecho a seguir:

A residência dos pais de Cassi ficava num subúrbio tido como elegante, porque lá também há estas distinções. Certas estações são assim consideradas, e certas partes de determinadas estações gozam, às vezes, dessa consideração, embora em si não o sejam (Barreto, 2002, p. 75).

De igual modo, o excerto subsequente possibilita uma breve compreensão da maneira como o narrador interpreta as relações traçadas sob o signo de valorização de certos espaços em detrimento de outros locais muitas vezes próximos geograficamente, mas que não são privilegiados por motivos particulares de grupos políticos e sociais responsáveis pela gestão da cidade.

A casa da família do famoso violeiro não ficava nas ruas fronteiras à gare da Central; mas, numa transversal, cuidada, limpa e calçada a paralelepípedos. Nos subúrbios, há disso: ao lado de uma rua, quase oculta em seu cerrado matagal, topa-se uma catita, de ar urbano inteiramente. Indaga-se por que tal via pública mereceu tantos cuidados da edilidade, e os historiógrafos locais explicam: é porque nela, há anos, morou o deputado tal ou o ministro sicrano ou o intendente fulano (Barreto, 2002, p. 75).

Nessa citação, localiza-se um dos pontos importantes da crítica do escritor aos desvãos da edilidade que governa a cidade para um grupo seletivo, à custa de impostos pagos pela maioria pobre da população. Além disso, paralelamente, é possível depreender a divergência de classes a partir da personagem Salustiana Baeta de Azevedo, mãe do antagonista Cassi Jones, e pertencente ao “lado bom” do subúrbio com calçamento nas ruas. Salustiana teve acesso a algum estudo formal graças a uma herança recebida por seu pai, possibilitando assim que ela fosse à escola e seu irmão se formasse médico do Exército. Entretanto, conforme o desenvolvimento do romance demonstra, a mãe e a sua família não são ricas, pertencendo, na verdade, à classe média. Isso pode ser verificado, entre outros momentos da narrativa, nas reflexões de Manuel Borges de Azevedo, marido de Salustiana:

Sua mulher não era lá muito querida, nem prezada. Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos. O seu orgulho provinha de duas fontes: a primeira, por ter um irmão médico do Exército, com o posto de capitão; e a segunda, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade. Quando se lhe perguntava – seu pai, o que era? – Dona Salustiana respondia: era do Exército; e torcia a conversa. Não era seu pai exatamente do Exército.

Fora simplesmente escriturário do Arsenal de Guerra. Com muito sacrifício e graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dois únicos filhos que tivera (Barreto, 2002, p. 8).

Em decorrência disso, a personagem possui uma visão soberba da vida e se sente superior aos seus vizinhos. Ademais, sempre é acometida de devaneios sobre a suposta nobreza de sua família e frequentemente faz menção a um tio chamado Lord Jones, que, segundo ela, foi cônsul da Inglaterra em Santa Catarina, não sendo possível ao leitor saber se essa informação era verdadeira ou falsa. De qualquer forma, essa dubiedade assoma também como uma das características críticas de Barreto – presente em vários momentos de sua produção literária – a respeito das classes economicamente favorecidas, ou mesmo da classe média “envergonhada”, que busca recorrentemente fomentar uma condição social superior à verdadeira.

Esse seria o caso de Salustiana, que transmitiu a falsa ideia de superioridade social e racial para o filho que, apesar de ignorante e de índole duvidosa, recebia proteção e acobertamento de sua mãe em tudo de errado e desonesto que fazia. Ilustra essa afirmação, por exemplo, quando alguma moça desonrada por Cassi ia à sua casa reclamar o reconhecimento da paternidade para o filho que levava no ventre ou cobrar justiça pelos estragos feitos em sua vida por causa da inescrupulosa conduta do rapaz.

Em geral, as moças que ele desonrava eram de humilde condição e de todas as cores. Não escolhia. A questão é que não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações maternas. A mãe recebia-lhe a confissão, mas não acreditava; entretanto, como tinha as suas presunções fidalgas, repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta. Graças a esses seus preconceitos de fidalguia e alta estirpe, não trepidava em ir empenhar-se com o marido, a fim de livrar o filho da cadeia ou do casamento pela polícia (Barreto, 2002, p. 7).

Cassi Jones é um personagem que representa o quanto um indivíduo pode vir a ser vil e da mesma forma desfrutar de privilégios decorrentes de uma falsa superioridade social. Desse modo, ele é descrito com o fim de não deixar dúvidas ao leitor sobre seu caráter amoral, beneficiando-se das suas condições familiares, de gênero, de raça e econômicas para praticar seus crimes impunemente, mesmo prejudicando uma série de pessoas, principalmente as mulheres mais pobres. O que pode ser afirmado a partir

desta ponderação do narrador: “mas pela razão muito simples de que a sua natureza moral [de Cassi] e sentimental era sáfara e estéril” (Barreto, 2002, p. 45).

Diante disso, constata-se que Barreto empreende crítica direta à sociedade de sua época, tanto em termos de racismo e de classe quanto de diferenças no espaço urbano na representação de Cassi Jones, pois ele congrega vários comportamentos e ações contra os quais o escritor se impôs, seja em seus romances e contos, seja nas centenas de crônicas que publicou na imprensa. Aproveitando-se da desigualdade estabelecida e aceita pela maior parte da sociedade do início do século XX, entre gênero, raça e classe social, ele pratica tudo o que deseja, mesmo que tal comportamento fosse prejudicial para o coletivo, e principalmente para as mulheres que ele desvirtuava, condenando-as à miséria e à humilhação públicas. Pode-se até mesmo conjecturar: ele jamais sairia das ruas bem calçadas do subúrbio, mas elas ficariam restritas à sarjeta e à margem da cidade que exclui de modo voraz, geográfica e humanamente, tanto por razões econômicas quanto raciais. Não é muito difícil verificar que, mesmo após 100 da publicação de *Clara dos Anjos*, o imaginário segregador da sociedade brasileira possui ainda muitos traços daquela representada por Barreto.

## ARROGÂNCIA E INVISIBILIDADE

Considerando que aqui se tem por objetivo focalizar alguns aspectos do espaço urbano em *Clara dos Anjos*, torna-se importante observar outro ângulo da questão social sedimentada a partir de diferentes espaços numa mesma cidade. Nesse caso, salienta-se o próprio antagonista Cassi, que desfruta de certa distinção social no subúrbio de Todos os Santos, mas, ao se dirigir ao centro do Rio de Janeiro, sente-se deslocado.

Apesar da pretensa superioridade econômica e social da família Azevedo, Cassi, por mais que se sentisse como alguém proeminente no subúrbio, não era ninguém quando estava no centro da cidade, onde circulavam rapazes verdadeiramente ricos e mais distintos do que ele.

Vendidos os galos, galinhas, frangos e pintos, apurou quinhentos mil-réis, que se dispôs a depositar na Caixa Econômica, logo no dia seguinte ao do recebimento. Nesse dia, despertou cedo, banhou-se cuidadosamente, escolheu bem a roupa branca, viu bem se a meia não estava furada, escovou o terno cintado e, cuidadosamente, meteu mão à obra de vestir-se com apuro, para vir à “cidade”. Raramente, vinha ao centro. Quando muito, descia até o Campo de Sant’Ana e daí não passava. Não gostava mesmo do centro. Implicava com aqueles elegantes que se postavam nas esquinas e nas calçadas (Barreto, 2002, p. 64).

Era como se o personagem fosse invisível nos bairros mais nobres, onde rapazes mais bem-vestidos e elegantes circulavam, reproduzindo basicamente, de maneira irônica e contundente, o mesmo desdém e distinção com os quais sua mãe e ele tratavam todos aqueles a quem consideravam inferiores na ambiência do subúrbio. Cassi, como descreve o autor, era alguém conhecido e, de certa forma, estimado no espaço da periferia. Entretanto, entre os mais abastados, com mais posses e senso de estirpe validado pela condição social de que dispunham, ele não era absolutamente nada, sofrendo um apagamento de identidade em decorrência da sua real condição de classe social e do espaço urbano ao qual pertencia.

Cassi Jones, sem mais percalços, se viu lançado em pleno Campo de Sant'Ana, no meio da multidão que jorrava das portas da Central, cheia da honesta pressa de quem vai trabalhar. A sua sensação era que estava numa cidade estranha. No subúrbio tinha os seus ódios e os seus amores; no subúrbio tinha os seus companheiros, e a sua fama de violeiro percorria todo ele, e, em qualquer parte, era apontado; no subúrbio, enfim, ele tinha personalidade, era bem Cassi Jones de Azevedo; mas, ali, sobretudo do Campo de Sant'Ana para baixo, o que era ele? Não era nada. Onde acabavam os trilhos da Central, acabava a sua fama e o seu valimento; a sua fanfarronice evaporava-se, e representava-se a si mesmo como esmagado por aqueles "caras" todos, que nem o olhavam (Barreto, 2002, p. 64).

Ainda no contexto desse deslocamento para o centro da cidade, os espaços sociais no romance *Clara dos Anjos* não se limitam exatamente a uma questão geográfica de centro *versus* subúrbio, pois no próprio centro da cidade há regiões habitadas por uma parcela da população mais pobre – a mesma que seria obrigada a migrar para os morros e as periferias em razão da modernização de parte do centro da cidade para um "cenário europeu", erguido para a circulação das classes dominantes. Isso pode ser observado na passagem na qual o narrador descreve uma parcela da população que possui como marca a miséria social e moral, como prostitutas, marinheiros e soldados.

Penetrou [Cassi Jones] naquela vetusta parte da cidade, hoje povoada de lôbregas hospedarias, mas que já passou por sua época de relativo realce e brilho. Os botequins e tascas estavam povoados do que há de mais sórdido na nossa população. Aqueles becos escuros, guarnecidos, de um e outro lado, por altos sobrados, de cujas janelas pendiam peças de roupa a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma

estranha cidade à parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação e jaziam no último degrau da sociedade. Escondiam, na sombra daquelas betesgas coloniais, nas alcovas sem luz daqueles sobrados, nos fundos caliginosos das sórdidas tavernas daquele tristonho quarteirão, a sua miséria, o seu opróbrio, a sua infinita infelicidade de deserdados de tudo deste mundo. Entre os homens, porém, ainda havia alguns com ocupação definida; marítimos, carregadores, soldados; mas as mulheres que ali se viam, haviam caído irremissivelmente na última degradação. Sujas, cabelos por pentear, descalças, umas, de chinelos e tamancos, outras. Todas metiam mais pena que desejo. Como em toda e qualquer seção da nossa sociedade, aquele agrupamento de miseráveis era bem um índice dela. Havia negras, brancas, mulatas, caboclas, todas niveladas pelo mesmo relaxamento e pelo seu triste fado (Barreto, 2002, p. 65).

O excerto evidencia uma outra face da cidade em termos sociais e humanos, muito diferente daquela de “cenário europeu”, proveniente da reforma urbana do Rio de Janeiro. É interessante notar o olhar de Barreto ao focalizar, com riqueza descritiva, a margem humana existente a pouca distância do espaço reservado à circulação das classes dominantes na Avenida Central – hoje denominada Avenida Rio Branco. Se o enfoque dado ao espaço no romance é o subúrbio, mesmo quando há essa breve mudança, nota-se que o autor sedimenta seu olhar para aquilo não visto comumente em contrariedade à visão positiva de cidade moderna e desenvolvida.

Conforme afirma Rezende (1989, p. 92), Barreto realizou um trabalho essencial para uma maior compreensão do que ocorre na cidade que existe figurativamente dentro da cidade (lembrando a dicotomia *cidade das letras* e *cidade real* de Ángel Rama), uma vez que abordou, com grande enfoque em sua literatura, as relações desenvolvidas pelos mais marginalizados. Assim sendo, ainda segundo Rezende (1989), o autor soube descrever com brilhantismo as relações tecidas no espaço suburbano por meio de seus personagens que transitam ora como soberbos entre os mais humildes, ora como invisíveis em partes mais nobres.

O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos (Barreto, 2002, p. 65).

Verifica-se explicitamente a forma como Barreto aborda a disparidade social por meio da descrição do recorte da cidade que ele focaliza em *Clara dos Anjos*, ressaltando a divisão espacial segmentada na dependência dos suburbanos em relação ao centro do Rio de Janeiro para garantir a sobrevivência. A paisagem do subúrbio, conforme a narrativa, constitui-se de casas modestas que se aglomeram sem muito distanciamento, de ruas que alagam em dias de chuva e do trânsito de animais, como galinhas, vacas, cachorros e cavalos, que se misturam aos transeuntes do bairro, e, mesmo nesse cenário humilde, há moradores que se julgam superiores aos seus vizinhos. Como foi visto, o autor demonstra a forma como alguém pode ser considerado importante no subúrbio, mas praticamente invisível nos bairros mais nobres do centro. Por sua vez, esse também é um espaço subdividido, abrangendo lugares frequentados pela alta sociedade ao mesmo tempo que abriga cortiços habitados por prostitutas, estivadores, marinheiros, ladrões, cafetões, entre outros grupos pertencentes às camadas mais baixas do estrato social.

Dessa forma, Cassi Jones, que, apesar de sentir-se como diferenciado e tentar sobressair em relação aos habitantes do subúrbio, é invisibilizado em decorrência de sua condição social. Pode-se pensar que isso ocorre porque, assim como definiu Rama (2015, p. 29), a partir do momento que não se possui o conjunto de signos pertencentes a um determinado espaço simbólico, o indivíduo passa a sofrer um processo de exclusão pautado na lógica do privilégio. Esta que impõe uma determinada ordem perversa de deslocamento da população menos favorecida para as margens da cidade, tendo em vista o emprego da lógica racional e segregadora da ordem imposta pelas classes dominantes.

Nesse sentido, vale lembrar que a historiadora Lilia Schwarcz (2017), em *Lima Barreto: triste visionário*, afirma sobre a utilização simbólica e identitária dos espaços que foram observados e usados como inspiração pelo escritor, enquanto este fazia o caminho de sua residência em Todos os Santos no subúrbio para o centro do Rio de Janeiro. Segundo ela, Barreto demonstrou que, embora os bairros periféricos estejam ligados aos bairros mais próximos do centro da cidade através da linha do trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, havia um delineamento social marcado por uma profunda disparidade social pautada pela questão geoespacial.

A linha do trem é, assim, um traçado geográfico, simbólico e identitário que demarca projetos de inclusão e de exclusão social. A oposição entre o subúrbio e o centro do Rio de Janeiro – tendo a Estrada de Ferro Central do Brasil como trajeto, ponte, fronteira e limite – é, pois, tema recorrente na literatura de Lima Barreto. De um lado, trata-se de uma retórica do subúrbio, uma vez que o escritor faz questão de nomear o

lugar onde mora, no sentido de utilizá-lo como uma referência particular da sua literatura. De outro, muitas vezes o narrador usa uma terceira pessoa, magnânima, como se não fizesse parte daquele local. “Nos subúrbios, há disso”, escreve ele em *Clara dos Anjos* (Schwarcz, 2017, p. 31).

De modo similar ao observador por Schwarcz (2017) nesse trecho, Rama (2015) defende a ideia de representação simbólica que antecede e perpetua a concepção da cidade. Segundo o crítico, isso ocorre porque os signos que precedem a criação da cidade se perpetuam através do tempo, estabelecendo dessa maneira uma ordem velada de hierarquização entre os indivíduos que estão estabelecidos em determinados espaços, como também reproduzem as distinções que carregam tais signos.

Uma cidade, previamente à sua aparição na realidade, devia existir numa representação simbólica que obviamente só poderia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edificá-las na aplicação de normas, e, subsidiariamente, os diagramas gráficos, que as desenhavam nos planos, ainda que, com mais frequência, na imagem mental que tinham os fundadores desses planos, os que podiam sofrer correções derivadas do lugar ou de práticas inexpertas. *Pensar a cidade* competia a esses instrumentos simbólicos que então adquiriam sua pronta autonomia, de forma que os adequasse ainda mais às funções que lhes reclamava o poder absoluto (Rama, 2015, p. 26, grifo do autor).

Pode-se alinhar nessa concepção abstrata e tecnicista de cidade, sob a régia condução das metrópoles à época da colonização da América Latina, que não se previam as periferias, pois que a *cidade ideal* não fora planejada para ser habitada pela população pobre. Entretanto, foi a mão de obra dessa população à margem que erigiu o espaço urbano ocupado pelas elites. E desses mesmos habitantes das periferias provinham os impostos para a infraestrutura das regiões onde residiam as classes dominantes.

Nessa perspectiva, embora passados mais de 500 anos, o planejamento do espaço urbano persiste em direcionar a melhor estrutura para aqueles que possuem condição econômica elevada, passando pelo início do século XX, como demonstra *Clara dos Anjos*, chegando à segunda década do século XXI no Brasil, em meio à pandemia de Covid-19 que gerou um aumento sensível de desempregados e sem-teto pelas ruas de muitas capitais do país. Brasileiros que nem ao menos têm condições de residir nos subúrbios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o panorama histórico das relações sociais por meio de obras literárias de autores comprometidos com a missão do intelectual para com a sociedade, tal como Lima Barreto, propicia refletir acerca das interdependências socioeconômicas e espaciais de modo a permitir a configuração de um dos retratos sociais de uma parcela da sociedade brasileira. Em especial, no presente artigo, focalizou-se o período histórico da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro, a partir do romance *Clara dos Anjos*, a fim de observar a dinâmica espacial com suas conjunturas estrutural e cultural impostas por um viés ideológico das classes dominantes do período, por meio das quais condições econômicas e de raça estão inter-relacionadas, de modo explícito, na configuração do espaço urbano.

Ao mesmo tempo, constata-se a volatilidade do posicionamento social, visto particularmente por meio do personagem Cassi Jones que, considerado como alguém diferenciado socialmente no espaço do subúrbio – por pertencer à classe média e ser branco –, é tratado e impõe-se como distinto de seus vizinhos suburbanos, contudo, quando se vê no centro da cidade, sente que nesse espaço ele não tem lugar algum. Essa espécie de “troca de lugar” social momentânea, todavia, não desperta nele a consciência a respeito de suas ações e atos de desdém em relação aos seus vizinhos suburbanos e, muito menos, tange-o para o compadecimento para com as moças que foram vítimas de suas conquistas sexuais.

Lugar, ou mais precisamente não lugar, ainda mais latente infere-se na coletividade intrínseca, descrita por Barreto, que ocupa o subúrbio à mercê de condições de vida cidadã, seja por razões de discriminação de raça e de gênero, seja por compreender uma infraestrutura hostil em que não há suporte institucional de gestão política ativo na manutenção da qualidade do espaço urbano das periferias. Cenário este que hoje, ao se deter no número de mortos em decorrência da pandemia, vislumbra-se um espelhamento das fraturas humanas/urbanas focalizadas por Barreto em *Clara dos Anjos*. Portanto, as tantas urdiduras, pensadas e impostas a peso de armas e opressão por parte dos colonizadores, sobre as quais refletiu Ángel Rama a respeito da fundação das primeiras cidades da América Latina, transpõem o tempo e continuam a definir os rumos e os lugares socialmente estabelecidos no contexto urbano brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, C.; MV BILL; SOARES, L. E. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- AZEVEDO, A. N. de. A reforma urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 2, 2015. p. 72-87.
- BARRETO, L. *Os Bruzundangas: sátira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2002.

- ORNELLAS, C. Á. Lima Barreto cronista do protesto eterno. *Revista USP*, São Paulo, n. 69, p. 198-205, 2006.
- RAMA, Á. *A cidade das letras*. Tradução: Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 2015.
- REZENDE, B. Lima Barreto e a República. *Revista USP*, São Paulo, n. 3, p. 89-94, 1989.
- SCHWARCZ, L. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**Recebido em:** novembro de 2023.

**Aprovado em:** abril de 2023.